

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT10.021

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA PERSPECTIVA DOS DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

JUDITH MARA DE SOUZA ALMEIDA

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU, judith.almeida@ifmg.edu.br;

ANA LAURA RABELO BELO

Especialista em Práticas Pedagógicas pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, analaura.belo@ifmg.edu.br;

CYNTHIA TIMÓTEO

Graduada em Pedagogia pela Universidade de Franca - UNIFRAN, cyntiatrf@gmail.com;

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é narrar e analisar uma experiência das pesquisadoras com professoras em um curso de formação continuada para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na modalidade a distância. Como objetivo específico pretendemos descrever e analisar os desafios e as possibilidades no processo de inclusão de estudantes com deficiências na rede regular de ensino. Uma questão norteou esse estudo: Quais os desafios e as possibilidades no processo de inclusão de estudantes com deficiências na escola regular? Participaram desta pesquisa cento e trinta professoras do ensino fundamental da rede pública de um município mineiro. A base teórica para realização deste estudo traz reflexões sobre os conceitos de inclusão educacional e a deficiência na perspectiva social. O percurso teórico-metodológico por nós escolhido foi o estudo de caso, sendo os textos de campo compostos a partir de um fórum de discussões e analisados com base na análise de conteúdo. Concluímos a pesquisa destacando as possibilidades para a inclusão de estudantes com deficiências na escola regular, como: a troca de experiência ente os pares, a implantação de salas de recursos multifuncionais para o AEE em algumas escolas, a dedicação de todos no

processo de inclusão, a efetivação de uma educação de qualidade etc.. Apresentamos como desafios: o fato de nem todas as escolas contarem com salas de recursos multifuncionais para o AEE, formação de professores, ausência de profissionais de apoio para acompanhar aqueles que dele necessitam, falta de tecnologias assistivas, espaço físico e mobiliários adequados, outros recursos de acessibilidade, participação da família na escola, entre outros.

Palavras-chave: Inclusão, Estudantes com Deficiência, Acessibilidade, Estudo de Caso.

INTRODUÇÃO

Realizamos a presente pesquisa a partir de um estudo de caso, com os objetivos de narrar e analisar nossa experiência enquanto pesquisadoras, atuando com professoras da rede pública de ensino de um município mineiro em um curso de formação continuada para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na modalidade a distância; descrever e analisar os desafios e as possibilidades no processo de inclusão de estudantes com deficiências na rede regular de ensino. Buscamos resposta para compreender os desafios e as possibilidades no processo de inclusão de estudantes com deficiências na escola regular.

Embora o tema inclusão venha sendo explorado por muitos pesquisadores desde a década de noventa, observamos que ainda há muitos desafios a serem vencidos. Conhecer esses desafios a partir da escuta atenta aos professores da escola comum pode contribuir para reflexões fundamentais que não somente possibilitarão a ampliação de conhecimentos sobre o tema, bem como nos apoiarão na efetivação da inclusão na prática.

Iniciamos apresentando conceitos e paradigmas sobre a deficiência, o atendimento educacional especializado e diferentes tipos de barreiras.

Em seguida, apresentamos o percurso teórico-metodológico que permitiu o desenvolvimento do estudo, os participantes da pesquisa, o contexto, a composição e análise dos textos de campo.

Na sequência, apresentamos a categorização e discussão dos resultados, seguidos das referências.

Destacaremos que não há uma receita para incluir. A experiência, a flexibilidade, o bom senso, a empatia e acima de tudo assumir um processo contínuo de formação, lhe darão as ferramentas necessárias para promover uma educação cada vez mais inclusiva.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para desenvolver o presente estudo foi o estudo de caso, *uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos* (GOLDENBERG, 2011, p. 33).

Participaram desta pesquisa cento e trinta professoras do ensino fundamental da rede pública de um município mineiro que estiveram envolvidos em curso de formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado. O curso teve 40 horas e ocorreu a distância no Moodle, ambiente virtual de aprendizagem.

Os textos de campo foram compostos a partir de um fórum de discussões com seguinte questionamento: Quais os desafios e as possibilidades no processo de inclusão de estudantes com deficiências na escola regular? Esses textos foram analisados a partir da categorização e interpretação das informações dessas categorias. Bardin (2011) estrutura a análise em três fases distintas: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão educacional pressupõe o acesso, a permanência e o sucesso de todos os estudantes, independente de suas características, sendo a deficiência uma delas. Vale destacar que compreendemos a deficiência a partir do modelo social, ou seja, uma perspectiva multidisciplinar que reconhece a presença de uma lesão, mas sempre em relação com as experiências que a pessoa vive, considerando principalmente as barreiras que lhe são impostas no dia a dia em um contexto opressor que segrega e exclui (DINIZ, 2007). Nessa perspectiva, o corpo com deficiência é observado como uma variação da diversidade humana e a deficiência não é compreendida como limitação, pois o que limita a plena participação da pessoa em todas as instâncias sociais são os obstáculos/barreiras que ela enfrenta.

Conforme Brasil (2015) as configuram-se como:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015, p. 2).

Ainda de acordo com Brasil (2015), as barreiras podem ser classificadas em: a) barreiras urbanísticas; b) barreiras arquitetônicas; c) barreiras nos transportes; d) barreiras nas comunicações e na informação; e) barreiras atitudinais; f) barreiras

tecnológicas. Essas barreiras podem estar presentes em várias instâncias da nossa sociedade, inclusive no contexto educacional.

Brasil (2015) determina que o poder público deve assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, a partir da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que favoreçam a eliminação das barreiras e promovam a inclusão, sendo a institucionalização do Atendimento Educacional Especializado, AEE um desses serviços.

O AEE, segundo Brasil (2007), é um serviço complementar ao trabalho do professor da escola regular, para estudantes com deficiências e/ou transtornos; suplementar ao trabalho do professor da escola regular para estudantes com altas habilidades/superdotação. Com essas características, o AEE, desenvolve ações educacionais que oferecem o suporte necessário aos alunos público da Educação Especial, como recursos e estratégias que favoreçam o acesso ao conhecimento, bem como o desenvolvimento da autonomia e independência dentro e fora do contexto escolar. O docente de AEE desenvolve o seu trabalho de modo a possibilitar equidade de condições às pessoas com deficiências, a partir da eliminação/minimização de barreiras físicas, arquitetônicas e/ou atitudinais que possam dificultar ou mesmo impedir a plena participação dessas pessoas no processo de construção de conhecimentos.

Para favorecer a inclusão do estudante com necessidades específicas, o AEE acontece no turno inverso ao que ele frequenta a classe comum e no espaço a ele destinado são desenvolvidas atividades diferentes daquelas realizadas em sala de aula, destacando-se que não são caracterizadas como reforço escolar. Por isso, atuar como docente no AEE requer a constituição de saberes bem específicos por parte do professor especializado, saberes estes que possibilitam um processo avaliativo que tem como ponto de partida o estudo de caso, o conhecimento das experiências prévias do estudante em contextos escolares anteriores, recursos de acessibilidade que ampliem as possibilidades de participação e respeitem todas as singularidades referentes ao estudante.

Tardif (2002) destaca que o saber é sempre o saber de alguém que atua com uma finalidade, com um objetivo, é o saber que os professores têm, que se relacionam com a sua identidade, com as experiências de vida, com a história profissional, com as relações entre esses professores e os estudantes, bem como com outros atores do contexto escolar (cf. Tardif, 2002, p. 11). O autor acrescenta que esses saberes:

[...] não são originados de seu trabalho cotidiano, nem são produzidos pelos próprios professores, o saber contém conhecimento, e saber-fazer tem origem social, podem vir da família do professor, da instituição, das regras, dos princípios, dos objetivos, finalidades, cursos, da cultura de onde ele se formou etc., [...] e que os saberes oriundos da experiência de trabalho cotidiana parecem constituir o alicerce da prática e da competência profissionais, pois essa experiência é, para o professor, a condição para a aquisição e produção de seus próprios saberes profissionais (Tardif, 2002, p. 19 e 21).

De acordo com o pensamento de Tardif (2002) que além da experiência, traz o curso como uma possibilidade de formação. O curso desenvolvido com os professores da rede regular de ensino, participantes da pesquisa, teve como foco o AEE, mas principalmente a inclusão de estudantes com deficiências, transtornos e distúrbios de aprendizagem, permitiu a construção de saberes que podem apoiar o profissional do AEE no trabalho com estudantes público-alvo da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, ou seja, no AEE. Nesse processo formativo, proporcionamos o conhecimento sobre a estruturação de uma entrevista que serve de base para o estudo de caso; elaboração do plano de AEE a partir dos dados obtidos na entrevista e em diálogo com os docentes de outras áreas; adoção de estratégias de acessibilidade, considerando as necessidades específicas dos estudantes.

Em uma das atividades propostas, as professores em formação tinham como proposta a participação em um fórum de discussões, respondendo ao seguinte questionamento: Quais os desafios e as possibilidades no processo de inclusão de estudantes com deficiências na escola regular? No próximo tópico, apresentamos a discussão em relação aos resultados que esse estudo nos permitiu obter.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para iniciar nossa discussão dos resultados, retomamos o questionamento compartilhado com os professores participantes desta pesquisa, "Quais os desafios e as possibilidades no processo de inclusão de estudantes com deficiências na escola regular?" Destacamos que organizamos os resultados em duas grandes categorias: 1) Desafios para inclusão de estudantes com necessidades específicas; 2) Possibilidades para inclusão de estudantes com necessidades específicas.

CATEGORIA 1) DESAFIOS PARA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

- Dificuldade em estabelecer a parceria entre família e escola;
- Ausência de cursos de formação para professores regentes e professores apoios;
- Falta de profissional de apoio para acompanhar os estudantes que dele necessitam;
- Necessidade da implantação de Sala de Recursos nas escolas e disponibilização de professores especialistas;
- Educação não atraente aos estudantes;
- Falta de equipes multidisciplinares: psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais - TO, fisioterapeuta, assistente social entre outros;
- Ausência de recursos específicos: materiais pedagógicos, espaço físico adaptado e com mobiliários adequado.
- Fazer com que a comunidade escolar acolha e entenda que o aluno com necessidades específicas é parte do todo, da sala, da escola;
- Formar os professores regentes, pois muitos profissionais ainda não perceberam que os tempos mudaram, os alunos mudaram e precisamos utilizar recursos a nosso favor, sejam eles tecnológicos, atividades lúdicas, e um emaranhado de ferramentas para envolver esse aluno no cotidiano escolar;
- Incompatibilidade entre aquilo que o estudante realmente consegue e aquilo que lhe é imposto em uma sala de aula comum;
- Possibilitar a formação dos gestores da Secretaria da Educação, os gestores da escola, supervisores, enfim, de todos os envolvidos no processo de formação dos estudantes;
- Vencer as barreiras do medo, da insegurança, da falta de suportes e recursos necessários para atender o educando de forma digna e de acordo com a sua deficiência;
- Acompanhar mais de um estudante com necessidades educacionais diferentes ao mesmo tempo, no caso do profissional de apoio;
- Falta de apoio governamental;
- Barreiras estruturais físicas e sistêmicas como: salas de recursos multifuncionais, materiais adequados a necessidade da criança, recursos

de tecnologia assistiva - TIC, recursos ópticos, softwares, Políticas de Educação Inclusiva, formação continuada para todos os professores;

- Salas de aula superlotadas.

Conforme os participantes da pesquisa, são muitos os desafios a serem superados, inúmeras as barreiras impostas não somente à pessoa com deficiência, mas aos professores que atuam com esses estudantes também, visto que falta formação, recursos e participação da família no processo. Entretanto, os participantes também destacam possibilidades, conforme veremos a seguir.

CATEGORIA 2) POSSIBILIDADES PARA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

- Disponibilização de especialista para orientar o processo pedagógico, apoiando as professoras regentes. Acho também que as escolas deveriam implantar novas tecnológicas para incentivar e ajudar na educação inclusiva;
- Criar estratégias para envolver a família no processo educativo;
- Criar uma rede envolvendo profissionais diretamente ligados às pessoas com deficiência para a troca de experiências;
- Tornar a educação atraente a partir de atividades desafiadoras e motivadoras, como o uso de games, jogos, tecnologias digitais etc.;
- Ofertar mais cursos, oficinas, estudos de casos, materiais pedagógicos, espaço físico com mobiliários adequado;
- Estender os processos formativos a todos os colaboradores que fazem parte da equipe escolar;
- Promover a articulação e envolvimento de toda a comunidade escolar: familiares dos alunos, gestores escolares, professores regentes e profissionais de apoio;
- Criar um plano de acessibilidade mais específico para cada estudante, conforme sua faixa etária;
- Estruturar o ensino a partir da Base Nacional Comum Curricular, possibilitando uma aprendizagem comum a todos os estudantes;
- Buscar estratégias, pesquisar, procurar auxílio a partir de pares mais experientes, leituras, trabalho em equipe;

- Trocar ideias sobre as estratégias de ensino, de aprendizagem, elaboração e adaptação de material;
- Desenvolver estratégias para aproximar o contexto escolar e a realidade dos estudantes;
- Desenvolver aulas dinâmicas que envolvam todos os tipos de estudantes;
- Desenvolver o mesmo currículo para todos os estudantes, realizando as adaptações necessárias;
- Estimular e oferecer suporte para que os professores aprimorem seus conhecimentos;
- Criar uma rede de apoio entre estudantes, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem aos estudantes;
- Criar uma sala de aula saudável, inclusiva, com professores conscientes da sua responsabilidade com a diversidade e as diferenças;
- Adotar políticas inclusivas que possam gerar mudanças reais nas escolas, a fim de atender a necessidade de todos e levar os professores a reflexão sobre o seu compromisso com a aprendizagem;
- Aproveitar os momentos de módulos para formações ou estudos de documentos e conteúdos voltados para as necessidades mais urgentes, como a inclusão;
- Entender que, o que limita a pessoa não é a deficiência, e sim as barreiras impostas pelo meio;
- Possibilitar equidade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas;
- Viabilizar estratégias, a fim de favorecer a participação nas aulas de toda a turma;
- Possibilitar diferentes formas de manifestação das aprendizagens: relatos orais, desenhos, gravação de vídeos, dentre outras.

Os participantes destacam muitas possibilidades práticas, como uma rede de apoio na própria escola para favorecer aprendizagens por parte da equipe escolar, no sentido de incluir a todos.

Destacamos que a inclusão escolar significa mudanças políticas, essencialmente mudanças de atitudes institucionais educacionais, mudanças de paradigma na formação e no olhar do professor que, ainda mantém a pedagogia tradicional, a idealização de alunos iguais, desconsiderando as subjetividades.

Em relação ao currículo, este precisa ser discutido e adequado, conforme a realidade em que o indivíduo está inserido, para que realmente ocorra a aprendizagem. Finalizamos nossa discussão, apresentando uma fala de uma participante que consideramos fundamental no processo de inclusão:

É sempre um desafio quando o olhar é voltado para a educação especial. É necessário que o professor olhe para seu aluno antes de sua deficiência e compreender quais as suas potencialidades para estabelecer canais de comunicação para que a aprendizagem possa acontecer de acordo com sua capacidade. Para isso, é necessário cursos de capacitação para apoios e regentes, espaço físico adequado e uma sala de recurso para quando o aluno se encontrar eufórico ter um ambiente acolhedor onde ele possa se sentir protegido e acolhido no momento de crise. Compreensão por parte da família que as vezes por falta de aceitação, conhecimento ou mesmo interesse (fala da participante N. 2º semestre de 2022).

É fundamental que olhemos primeiro para a pessoa, pois a deficiência é apenas uma de suas características, conforme Diniz (2007), além disso, todas as pessoas podem aprender, mesmo em ritmos diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos com este trabalho afirmando que a inclusão diz respeito a todos os estudantes, entretanto o nosso recorte considera estudantes com necessidades específicas que por muito tempo tiveram o direito à educação negligenciado.

Percebemos que avançamos em relação à legislação, mas ainda encontramos dificuldades em efetivar a inclusão na prática, pois ainda faltam profissionais preparados, infraestrutura escolar e acima de tudo uma mentalidade que ultrapasse as barreiras atitudinais que precisam ser quebradas.

Observamos o professor como o agente transformador, aquele que realmente acredita no potencial dos seus alunos e busca alternativa para que ele se desenvolva em todos os aspectos.

Para que a Educação Inclusiva realmente aconteça e apresente resultados positivos, é necessário que todos os envolvidos no ambiente escolar estejam dispostos a aprender e desenvolver novas maneiras para reinventar a educação. A família também é a grande coadjuvante nesse processo, quanto mais presente e atuante, melhores serão as trocas entre eles e a escola.

Há também a necessidade de um trabalho que abarque a sociedade como um todo, desconstruindo mitos, preconceitos e estigmas sobre as deficiências. A comunidade escolar precisa promover a todo instante em seu ambiente o respeito, a solidariedade, a empatia pelo outro, buscando o convívio social e oportunizando experiências significativas no processo de construção dos conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

Gratidão às professoras que se dispuseram a participar deste estudo, ampliando as nossas possibilidades de aprendizado a partir da reflexão.

REFERÊNCIAS

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

_____. Deficiência e políticas sociais – entrevista com Colin Barnes. **Revista Ser Social**, v. 15, n. 32, p. 237-251, 2013. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/9514/7088. Acesso em: 13 mai. 2020.

BAPTISTA, C. R. *et al.* **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> >. Acesso em: 06 jul. 2023.

_____. **Atendimento Educacional Especializado**: AEE. SESP\MEC, 2008.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n 9394\96.

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Brasília, DF, jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 21 jul. 2023.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**, SEESP/MEC, 2008.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. Brasília: Brasiliense, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.